



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI
Palácio Prof. Moysés Henrique dos Santos

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º XXX DE 16 DE JUNHO DE 2025.

EMENTA: "Cria a Medalha de Mérito Marinheiro João Cândido."

Art. 1º - Fica criada a "Medalha de Mérito Legislativo Marinheiro João Cândido", para homenagear personalidades que se destacaram no município de São João de Meriti.

Art. 2º - As despesas do referido projeto correrão por dotação orçamentária própria desta Casa Legislativa.

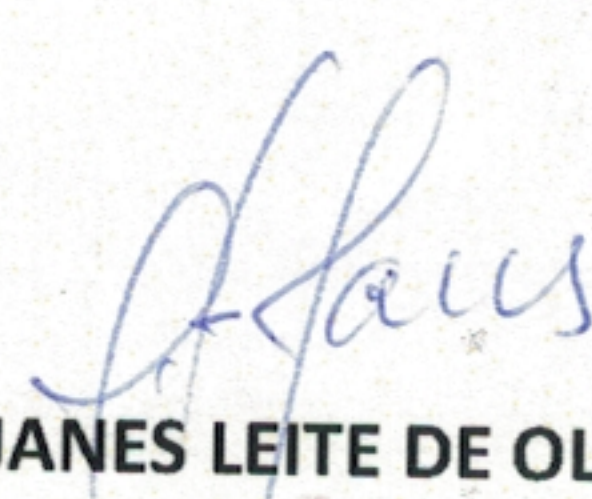
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São João de Meriti, 16 de Junho de 2025.

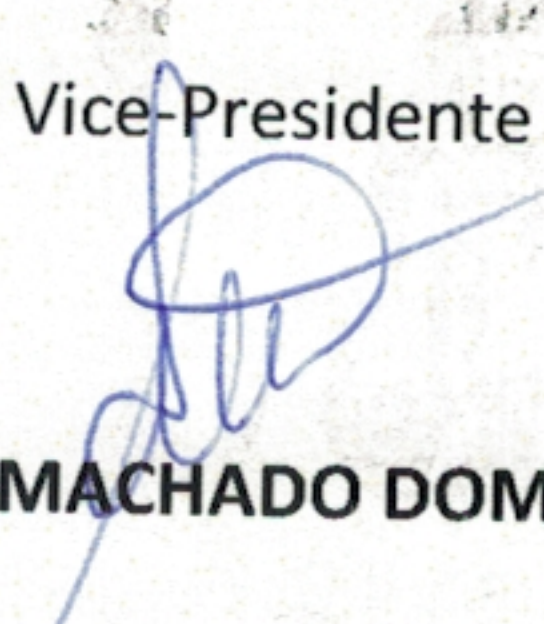

JOÃO DANTAS DE MELLO
Presidente

GIOVANI LEITE DE ABREU JUNIOR

1º Vice-Presidente


OTO JANS LEITE DE OLIVEIRA

2º Vice-Presidente


AMILTON MACHADO DOMINGUES

1º Secretário

RODRIGO RODRIGUES DA SILVA

2º Secretário

João Cândido nasceu em 24 de junho de 1880, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual estado do Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada, atual Encruzilhada do Sul. Filho dos ex-escravos João Felisberto e Inácia Cândido Felisberto, nasceu na fazenda Coxilha Bonita, que ficava no vilarejo Dom Feliciano – o quinto distrito do município Encruzilhada, que fora distrito de Rio Pardo até 1849. Apresentou-se, ainda com treze anos, em 1894, na Companhia de Artífices Militares e Menores Aprendizizes no Arsenal de Guerra de Porto Alegre^[2] com uma recomendação de atenção especial, escrita por um velho amigo e protetor de Rio Pardo, o então capitão-de-fragata Alexandrino de Alencar, que assim o encaminhava àquela escola. Em 1895 conseguiu transferência para a Escola de Aprendizizes Marinheiros de Porto Alegre, e em dezembro do mesmo ano, como grumete, para a Marinha do Brasil, na capital, a cidade do Rio de Janeiro.

Assim, nos anos 1890, época em que a maioria dos marinheiros era recrutada à força pela polícia, João Cândido alistou-se com o número 40 na Marinha do Brasil em janeiro de 1895, aos quatorze anos, ingressando como grumete a 10 de dezembro daquele ano.

Em depoimento para a Anamnese do Hospital dos Alienados em abril de 1911 e para a Gazeta de Notícias de 31 de dezembro de 1912, João Cândido afirma ter sido soldado do General Pinheiro Machado, na Revolução Federalista, em 1893, portanto antes de entrar para a escola de aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

Teve uma carreira extensa de viagens pelo Brasil e por vários países do mundo nos 15 anos que esteve na ativa da Marinha de Guerra (17 anos, se contar os 2 anos de prisão, após a Revolta). Muitas delas foram viagens de instrução, no começo recebendo instrução, e depois dando instrução de procedimentos de um navio de guerra para marinheiros mais novos.

A partir de 1908, para acompanhar o final da construção de navios de guerra encomendados pelo governo brasileiro, centenas de marinheiros foram enviados ao Reino Unido. Em 1909 João Cândido também para lá foi enviado, onde tomou conhecimento do movimento realizado pelos marinheiros russos em 1905 a bordo do couraçado Kniaz Potemkin Tavrisheski, reivindicando melhores condições de trabalho e alimentação.

Tornou-se muito admirado pelos companheiros marinheiros, que o indicaram por duas vezes para representar o "Deus Netuno" na travessia sobre a linha do equador, e muito elogiado pelos oficiais, por seu bom comportamento e pelas suas habilidades principalmente como timoneiro. Era o marinheiro mais experiente e de maior trânsito entre marinheiros e oficiais, a pessoa indicada para liderar a revolta, na opinião dos demais líderes do movimento.

O movimento dos marinheiros da Marinha de guerra

Marinheiros durante a Revolta da Chibata, com João Cândido ao centro, em 1910

O uso da chibata como castigo na Marinha brasileira já havia sido abolido em um dos primeiros atos do regime republicano, o decreto número 3, de 16 de

novembro de 1889, assinado pelo presidente marechal Deodoro da Fonseca. Todavia, o castigo cruel continuava de fato a ser aplicado, a critério dos oficiais da Marinha de Guerra do Brasil. Num contingente de 90% de negros e mulatos, centenas de marujos continuavam a ter seus corpos retalhados pela chibata, como no tempo da escravidão. Entre os marinheiros, insatisfeitos com os baixos soldos, com a má alimentação e, principalmente, com os degradantes castigos corporais, crescia o clima de tensão.

Já em 1893, na canhoneira Marajó, um contingente de marinheiros havia se revoltado contra o excesso de castigos físicos, exigindo a troca do comandante que abusava da chibata e outros suplícios. Na época, ainda não queriam o fim da chibata, mas a troca do comandante do navio, para evitar abusos. Definitivamente, não era normal receber chibatadas. E, para piorar, os oficiais extrapolavam o limite de próprio regimento da Marinha, baseado num decreto que nunca foi publicado no Diário Oficial, que estabelecia a criação de Companhias Correccionais que poderiam indicar a punição de até 25 chibatadas, mesmo após a Abolição da Escravatura.

Ainda na Grã-Bretanha, e depois, ao retornarem ao Brasil, os marinheiros que lá estiveram para acompanhar a construção dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, e do cruzador Bahia, iniciaram um movimento conspiratório com vistas a tomar uma atitude mais efetiva no sentido de acabar com a chibata na Marinha de Guerra do Brasil.

As eleições presidenciais de 1910, embora vencidas pelo candidato situacionista marechal Hermes da Fonseca, expressaram o descontentamento da sociedade com o regime vigente, além das denúncias de fraude e violação de urnas nos bairros em que ele não tinha maioria de simpatizantes. O candidato oposicionista, Rui Barbosa, realizou intensa campanha eleitoral, reforçando a esperança de transformações do povo brasileiro.

Esgotadas as tentativas pacíficas e propositivas dos marinheiros, incluindo uma audiência de João Cândido no Gabinete do presidente anterior, Nilo Peçanha, e na presença do ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar. Sem qualquer providência efetiva para o fim dos castigos físicos, os marinheiros decidiram que iriam fazer uma sublevação, uma revolta pelo fim do uso da chibata em 25 de novembro de 1910. Inicialmente os comitês revolucionários pensaram no dia 14, depois dia 15, depois 19, e por fim fixaram o dia 25. ^[carece de fontes]

Entretanto, menos de uma semana após a posse do marechal Hermes da Fonseca, o marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes foi punido a 21 de novembro com 250 chibatadas,^[5] aplicadas na presença de toda a tripulação do Encouraçado *Minas Gerais*, nau capitânia da nova Esquadra, e que não se interromperam nem mesmo com o seu desfalecimento, conforme noticiado pelos jornais da época. Este fato antecipou a data programada de 25 para 22 de novembro de 1910. Seria na noite deste dia porque o comandante do navio *Minas Gerais*, o Capitão João Batista das Neves dormiria fora do navio, e então os marujos tomariam posse das armas, dominariam os oficiais em seus camarotes, e teriam o controle do navio mãe e depois de todos os demais que estavam na *Bahia* da Guanabara. Entretanto o comandante Batista das Neves voltou mais cedo do que eles esperavam, e um marinheiro mais descontrolado

partiu para cima do oficial de serviço, pois não queria mais o adiamento da revolta. O comandante ouve os barulhos, assim como os outros oficiais e todos vêm para o convés. Mesmo aconselhado pelo marinheiro Bulhões a se abrigar, Batista das Neves diz que não sairia de bordo do navio, insistindo em tentar fazer os marinheiros formarem e obedecerem às suas ordens. Os marinheiros, já muito exaltados, ao ver que o comandante feriu um dos marinheiros, começam a jogar objetos nele, e por fim um marinheiro dá-lhe um tiro na cabeça. Morrem no *Minas Gerais*, além do comandante, mais dois oficiais e três marinheiros (da patente de sargento para baixo, na simplificação usual). Durante os combates, morrem mais um oficial e um marinheiro no navio *Bahia*, sob responsabilidade do marinheiro Francisco Martins, e um oficial no navio *São Paulo*, sob responsabilidade do marinheiro Manoel Nascimento. Terminado o confronto, e diante da gravidade da situação, com a morte do comandante e outros oficiais, João Cândido, que havia participado das reuniões conspiratórias, cujo chefe era Vitalino José Ferreira, é indicado pelos demais líderes como o comandante-em-chefe de toda a esquadra revoltada, inicialmente composta por seis navios, e depois concentrando as guarnições em quatro, entre eles os dois encouraçados fabricados na Inglaterra, considerados os mais potentes do mundo à época: *Minas Gerais* e *São Paulo*.

Revolta da Chibata

No dia 22 de novembro de 1910, João Cândido, ao assumir por indicação dos demais líderes, o comando geral de toda a esquadra revoltada, controla o motim, faz cessar as mortes, e envia radiogramas pleiteando a abolição dos castigos corporais na Marinha de Guerra brasileira. Por quatro dias, os navios de guerra *Minas Gerais*, *São Paulo*, *Bahia* e *Deodoro* apontaram os seus canhões para a Capital Federal. No ultimato dirigido ao presidente Hermes da Fonseca, os revoltosos declararam:

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha brasileira.

A rebelião terminou com o compromisso do governo federal em acabar com o uso da chibata na Marinha e de conceder anistia aos revoltosos. Entretanto, em 28 de novembro, dia seguinte ao desarmamento dos navios rebeldes, o governo promulgou um decreto permitindo a expulsão de marinheiros que representassem risco, descumprindo assim o que havia sido acordado pelo texto da lei de anistia aprovada no dia 25 pelo Senado da República e sancionada pelo presidente Hermes da Fonseca, conforme publicação no diário oficial de 26 de novembro, e levado ao *Minas Gerais* pelo capitão Pereira Leite.